



Senado aprova MP da reforma administrativa

Texto vai à sanção com as modificações feitas pela Câmara dos Deputados. Coaf sai do Ministério da Justiça e volta para a pasta da Economia

O Plenário aprovou ontem a medida provisória que reorganizou a estrutura administrativa do governo federal. A MP foi aprovada semana passada na Câmara dos Deputados.

Durante todo o dia, senadores divergiram sobre a volta do Conselho de Controle da Atividade Financeira (Coaf) para o Ministério da Economia. Muitos defenderam que ele ficasse no Ministério da Justiça, como previa o texto original da MP. Mas o governo temia que, com a alteração, a medida voltasse para a Câmara e não fosse votada antes do fim do prazo de vigência, na segunda-feira. **3**



Jefferson Rudy/Agência Senado

Ao lado de Eduardo Gomes (D), Davi lê em Plenário carta de Bolsonaro e ministros pedindo a aprovação da proposta

Chefes dos três Poderes devem assinar em junho pacto por reformas

Os presidentes da República, Jair Bolsonaro, do Senado, Davi Alcolumbre, da Câmara, Rodrigo Maia, e do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, e alguns ministros discutiram ontem, em um café da manhã, a união dos três Poderes em torno de um pacto pela retomada do crescimento.

Reforma da Previdência, mudanças no pacto federativo e combate à corrupção e ao crime organizado são alguns dos temas que devem constar no documento, a ser assinado na semana de 10 de junho. **2**

Secretário diz que publicidade do governo segue critérios técnicos

O secretário de Comunicação Social da Presidência da República, Fabio Wajngarten, disse ontem que a distribuição de verbas publicitárias do governo federal segue critérios estritamente técnicos, sem viés ideológico nem

preconceito. Em audiência na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, ele afirmou também que o presidente Bolsonaro deu à secretaria total liberdade para trabalhar. **4**



Marcos Oliveira/Agência Senado

Ao lado de Eliziane, Wajngarten explica a atuação da Secom

Colegiado aprova MP que auxilia famílias de Brumadinho

Debate pede mudança em regras para salário mínimo

Especialistas contestam tese do aquecimento global



Marcos Oliveira/Agência Senado — 15/5/2019

José Serra é autor do projeto aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos

Projeto para obrigar governo a divulgar subsídios vai à Câmara

Projeto que cria um processo de avaliação da efetividade de empréstimos subsidiados pela União foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos, em turno suplementar, e deve seguir para a Câmara dos Deputados.

A proposta de José Serra obriga o Ministério da Economia a divulgar demonstrativos periódicos sobre o impacto fiscal desses benefícios e objetiva ampliar a transparência na concessão de créditos com juros abaixo do mercado. **5**

JOVEM SENADOR 2019

ORÇAMENTO PÚBLICO: SUA PARTICIPAÇÃO TEM VALOR

O CONCURSO DE REDAÇÃO DO SENADO FEDERAL É ABERTO A TODOS OS ESTUDANTES DE ENSINO MÉDIO MATRICULADOS EM ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS OU DO DF. DIVULGUE: WWW.SENADO.LEG.BR/JOVEMSENADOR

PARCERIA:

REALIZAÇÃO:

Contato: (61) 99187-2248, /SENADOFEDERAL, 0800 612211

Para Plínio Valério, população quer Coaf na pasta da Justiça

Antes da votação da MP da reforma administrativa do governo, Plínio Valério (PSDB-AM) falou sobre um abaixo-assinado do movimento "Mude", com quase 300 mil assinaturas, pedindo que o Senado não permita que o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) fique no Ministério da Economia, como pretende a Câmara. O senador disse que a manutenção do conselho na Justiça vai colaborar para combater a corrupção, que, para ele, é o verdadeiro problema do país.

— Voto para que o Coaf fique no Ministério da Justiça.

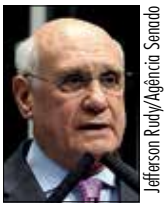


Jefferson Rudy/Agência Senado

Lasier Martins defende conselho subordinado a Moro

Responsável pela prevenção e combate à lavagem de dinheiro e fraudes financeiras, o Coaf deve permanecer sob responsabilidade do Ministério da Justiça, defendeu o senador Lasier Martins (Pode-RS). Antes da ordem do dia, o senador defendeu a derrubada da decisão da Câmara de transferir o conselho ao Ministério da Economia.

— O Podemos, partido que tem oito senadores, votará fechado pela manutenção do Coaf no Ministério da Justiça, em sintonia com uma vontade nacional que foi manifestada por multidões nas ruas domingo.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Alvaro pede anulação de transferência aprovada na Câmara

O líder do Podemos, Alvaro Dias (PR), informou, antes da votação da MP da reforma administrativa, que a posição do partido será coerente com as demandas apresentadas pelos protestos de domingo. Segundo ele, a população defende a instrumentalização do Ministério da Justiça para que o combate a corrupção, à evasão de divisas e ao crime organizado seja eficaz. E disse não entender o motivo pelo qual o presidente Jair Bolsonaro não faz a mudança por meio de decreto.

— O Coaf está neste momento no Ministério da Justiça por decreto. Basta preservar esse decreto.



Jefferson Rudy/Agência Senado



Marcos Corrêa/PR

Deputado Rodrigo Maia, Jair Bolsonaro e senador Davi Alcolumbre em encontro no Palácio da Alvorada

Chefes dos três Poderes discutem agenda comum

Pacto com metas e ações conjuntas, definidas pelos Poderes em favor da retomada do crescimento do país, deve ser assinado na semana de 10 de junho, informou o chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni

O PRESIDENTE DO Senado, Davi Alcolumbre, participou ontem de um café da manhã no Palácio do Alvorada e debateu com os presidentes da República, Jair Bolsonaro, da Câmara, Rodrigo Maia, e do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, um pacto de entendimento entre os três Poderes, com metas e ações que as instituições vão buscar em conjunto, visando à retomada do crescimento do país

Também estiveram no encontro os ministros do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Augusto Heleno, da Economia, Paulo Guedes, e da Casa Civil, Onyx Lorenzoni. O pacto será assinado, provavelmente, na semana do dia 10 de junho no Palácio do Planalto. De acordo com Onyx, a ideia é ter um conjunto de metas ou ações que unirão o Executivo, o Legislativo e o Judiciário.

— Da reunião, consolidada-se a ideia de formalização de um pacto de entendimento e algumas metas de interesse da sociedade a favor da retomada do crescimento brasileiro. Daqui até 10 de junho, vamos continuar dialogando com os outros Poderes para a construção do texto, que será então assinado e apresentado ao país. O saldo do café da manhã com representantes de todos os Poderes foi altamente positivo porque estabelece uma continuidade do diálogo, estabelece uma construção de harmonia — afirmou.

O ministro disse ainda que não se pode esquecer que, há pouco tempo, conflitos aconteceram entre os Poderes.

— Isso não ajuda o cidadão ou a cidadã que hoje precisa de emprego, precisa de renda, precisa manter sua família. Então

esse chamado do presidente Bolsonaro para que os Poderes possam, cooperativamente, dialogar a favor da sociedade brasileira é um ponto muito importante e saíram todos comprometidos com isso e ajustados de que esses encontros, periodicamente, vão se repetir para permitir que o diálogo entre os Poderes esteja cada vez mais fluido e sempre a favor do Brasil.

Metas e ações

O ministro da Casa Civil explicou que uma das medidas previstas seria a reforma do sistema previdenciário.

— O Brasil está desequilibrado fiscalmente, tem um déficit fiscal de R\$ 50 bilhões por ano que tem origem só na Previdência. Claro que isso fez parte da conversa, estão todos preocupados e todos querem construir um caminho onde o Brasil possa passar o portal do equilíbrio fiscal e ir para o caminho da prosperidade, que é o que todos desejamos. O esforço de todos é no sentido de ver o Brasil daqui a um ano, por exemplo, ser visto pelo mundo todo como um país que cresce, se desenvolve, gera empregos e melhores condições de vida para a população.

Onyx afirmou que o documento final será construído em comum acordo com os presidentes dos três Poderes. O texto inicial foi sugerido por Toffoli há um mês. O material foi então trabalhado pela Casa Civil com os presidentes do Senado e da Câmara. Ontem, no café da manhã, foi apresentado um texto-base, que ainda passará por mais ajustes.

O ministro da Casa Civil disse ainda que o encontro não foi motivado pelas manifestações do último domingo.

— É um esforço permanente do presidente Bolsonaro, desde que assumiu o poder, para ser um governo de diálogo, diálogo e diálogo.

Onyx disse que tem certeza de que todos os brasileiros querem que o governo dê certo, independentemente da sua coloração político-partidária, ou da sua ideologia.

— É claro que estamos muito atentos àquilo que a sociedade nos mostra, porque essa responsabilidade é de quem chefia os Poderes, em sintonia com aquilo que é o desejo da população brasileira. É preciso reunir os Poderes para dar sequência àquilo que o cidadão pede nas ruas do Brasil. O caminho é do entendimento e o Brasil precisa disso para crescer.

Kajuru critica acordo para MP da reforma administrativa

Segundo Jorge Kajuru (PSB-GO), um acordo foi firmado ontem entre os presidentes da República, Jair Bolsonaro, do Senado, Davi Alcolumbre, da Câmara, Rodrigo Maia, e do STF, Dias Toffoli para a votação da MP 870/2019, que estabelece a reforma administrativa do Executivo, como veio da Câmara e, em troca, aprovar a reforma da Previdência.

A negociação, lamentou o senador, contou com a conivência do ministro da Justiça, Sergio Moro, que abriu mão do Coaf.

— Então foi um acordo. Nós vamos brigar? Vamos.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Oriovisto reclama de demora na votação da medida pela Câmara

A Câmara demora para discutir as medidas provisórias e depois quer que o Senado as aprove a toque de caixa, "como se fosse apenas uma Casa legislativa carimbadora das decisões alheias", afirmou Oriovisto Guimarães (Pode-PR).

Antes da votação da MP da reforma administrativa, o senador disse que é absurdo exigir que o Senado não faça modificações na medida com a alegação de que há risco de perda de vigência e, assim, obrigue o governo a voltar ao formato ministerial anterior. Oriovisto destacou ainda a importância de o Legislativo "entender o recado das multidões" que foram às ruas no domingo.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CAS Programa Forças no Esporte

9h Após 12 itens, apresentação do Programa Forças no Esporte e do Projeto João do Pulo.

CCT Centros de pesquisa científica

9h Entre 10 itens, o PL 776/2019, que incentiva doações a centros de pesquisa.

CDH Liberação de armas

9h Debate sobre liberação de armas.

CDR Casas populares

9h O PLC 34/2018, que exige adequação ambiental para casas populares, é um dos 10 itens.

CCJ Conselho Nacional do MP

10h Três sabbatinas para o CNMP. Depois, pauta de 17 itens.

CRA Pobreza no campo

11h Após 7 itens, debate sobre pobreza no campo.

COMISSÃO DA PREVIDÊNCIA Reforma

14h Audiência sobre a PEC 6/2019, que trata da reforma da Previdência.

CMA Código Florestal

14h Debate sobre o Código Florestal.

CMO Reunião de líderes

14h Reunião para tratar de ajuste nas áreas temáticas e relatorias.

PLENÁRIO Sessão deliberativa

14h Abre a pauta substitutivo ao PLS 52/2013, sobre agências reguladoras.

ESPORTE Subcomissão

14h30 Instalação e eleição.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

Aprovada reforma administrativa do governo

Presidente da Casa, Davi Alcolumbre, leu carta de Jair Bolsonaro com apelo pela aprovação da medida, mantendo o Coaf na Economia, para evitar a volta do texto à Câmara

O PLENÁRIO APROVOU ontem, por 70 votos a favor e 4 contrários, a medida provisória que reorganizou a administração do governo federal, com a aglutinação de ministérios e a mudança de algumas de suas atribuições. Foi mantida a alteração feita na Câmara, que transferiu o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) do Ministério da Justiça para a pasta da Economia. A MP 870/2019 foi relatada pelo senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE). O texto segue para sanção presidencial.

Carta

Ao abrir a ordem do dia, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, leu carta assinada pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, e pelos ministros da Justiça, Sergio Moro, da Economia, Paulo Guedes e da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, com um apelo em favor da aprovação da MP nos termos em que saiu da Câmara.

O argumento é que havia pouco tempo para a votação da medida, cuja vigência termina na segunda-feira.

Os senadores Reguffe (sem partido-DF) e Fabiano Contarato (Rede-ES) defenderam a manutenção do Coaf na pasta da Justiça para acelerar as investigações sobre sonegação, evasão de divisas, lavagem de dinheiro, entre outras movimentações irregulares. Também na opinião de Omar Aziz (PSD-AM) e Eduardo Girão (Pode-CE), haveria tempo para que a parte sobre o Coaf fosse restaurada à MP no Senado e votada novamente na Câmara.

Líder do PSD, Aziz criticou Bolsonaro pela carta. Para o senador, a mesma carta poderia ser encaminhada ao



Líder do governo, Fernando Bezerra Coelho relatou a primeira MP editada pelo presidente Jair Bolsonaro

presidente da Câmara, Rodrigo Maia, pedindo uma nova votação da MP após a decisão dos senadores de manter o Coaf no âmbito da Justiça.

— Por que uma matéria tão importante como essa não pode ser discutida depois de passar pela Casa Revisora? Porque não há boa vontade.

Alessandro Vieira (Cidadania-SE) e Soraya Throncke (PSL-MS) atribuíram à Câmara a confusão causada em torno do Coaf, em razão da demora para deliberar o texto — foram mais de 100 dias até o texto da medida chegar ao Senado.

Já o senador Otto Alencar (PSD-BA) não acolheu os argumentos do governo. Para ele, a decisão não pode se sustentar na falta de tempo para votar a MP.

— Quero perguntar se nós podemos fazer essa tomada de posição, hoje, de aceitar a carta do Executivo. A carta que o Moro assinou pela manhã — e está em Portugal agora — e mandou com uma declaração dizendo que assinou por paciência. O ministro Moro errou muito! Ele defendeu isso muito tempo. Mudar de opinião em cima da hora não nos convence de maneira nenhuma — afirmou.

Otto também criticou o discurso do presidente Jair Bolsonaro de que seu objetivo é o de combater a corrupção.

— Ele disse que as manifestações foram para combater a política velha. Qual é a política velha? É a política do ministro do Turismo, que está no laranjal e não é demitido? É essa que é a política que está nos pés do Presidente da República, para atacar o Congresso com a bandeira da moralidade, enquanto a imoralidade está dentro do Palácio do Planalto, no Ministério do Turismo? — disse.

Diálogo

Já o líder do PSL, senador Major Olimpio (SP), elogiou a disposição para o diálogo da oposição, que abriu mão de obstruir a votação. Olimpio defendeu a aprovação do texto proveniente da Câmara.

— O que vai se consolidar, se o Senado entender por bem, será a estrutura administrativa proposta pelo presidente. A Câmara alterou a MP quanto ao Coaf, que era o meu desejo pessoal, da esmagadora maioria da população brasileira e, tenho certeza, da maioria dos senadores, que ficasse com o Ministério da Justiça, mas o próprio ministro Sergio Moro já disse que, em nome de algo maior, que é a consolidação da estrutura administrativa do Estado brasileiro, ele pede exatamente que não seja a questão do Coaf que impeça a aprovação da medida.

Líder do governo, Bezerra afirmou que a mudança de posição do presidente da República sinaliza a disposição para o diálogo.

— A carta não é uma rendição. A carta é a mão estendida ao diálogo político e ao respeito às instituições. Todos aqui, nas suas manifestações, reconhecem o direito de o presidente de governar com a estrutura que julgar melhor. Meu relatório introduziu 17 aprimoramentos na medida provisória. Parte desses aprimoramentos sugeridos pelo próprio governo, que avaliou e identificou necessidades de mudança, e parte sugeri-

da pelo próprio Congresso. Lembro aqui apenas os pontos mais importantes: a questão das ONGs, a questão da Funai vinculada ao Ministério da Justiça, a recriação do Concea [Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal], e o registro sindical vinculado ao Ministério da Economia — afirmou.

Bezerra disse ainda que todas as mudanças apresentadas por ele no relatório foram de pleno conhecimento do governo.

— O presidente, por meio da carta, decide alocar o Coaf no Ministério da Economia. Equivocam-se os que buscam lembrar, nesse gesto, a carta de

Jânio. O presidente tem compromisso com a democracia. Bolsonaro está animado e determinado a aprovar a sua agenda de reformas, que irá tirar o país da mais grave crise econômica que já enfrentamos — disse o senador.

Destaques

O Plenário acabou rejeitando os destaques apresentados pelos senadores Alvaro Dias (Pode-PR), Telmário Mota (Pros-RR) e Randolfe Rodrigues (Rede-AP) para, contrariando o pedido de Bolsonaro, transferir o Coaf ao Ministério da Justiça.

A primeira MP editada pelo atual governo reduziu de 29 para 22 o número de ministérios e redistribuiu atribuições. Quatro pastas têm status ministerial, vinculadas à Presidência da República (Casa Civil, Secretaria de Governo, Secretaria-Geral e Gabinete de Segurança Institucional), além da Advocacia-Geral da União (AGU) e da presidência do Banco Central.

A Funai e o Conselho Nacional de Política Indigenista foram devolvidos para o Ministério da Justiça.



Contarato, Arns, Reguffe, Alessandro e Randolfe durante a entrega

Texto com 250 mil assinaturas pede que Coaf continue na Justiça

Integrantes do Mude, movimento apartidário contra a corrupção, entregaram a parlamentares ontem um documento com mais de 250 mil assinaturas pela manutenção do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) no âmbito do Ministério da Justiça. A volta do conselho para o Ministério da Economia estava prevista em emenda feita na Câmara à MP 870/2019, aprovada ontem pelo Senado.

— Estamos querendo apenas o que for melhor para o brasileiro, que é a corrupção acabar. O melhor para a corrupção acabar é o Coaf ficar com o Ministério da Justiça. Se assim é melhor, nós precisamos lutar, como cidadãos brasileiros.

Estamos aqui com mais de 250 mil assinaturas representando a vontade do povo — explicou a representante do movimento, Rosilene Dantas.

Participaram do encontro com o Mude os senadores Plínio Valério (PSDB-AM), Randolfe Rodrigues (Rede-AP), Oriovisto Guimarães (Pode-PR), Fabiano Contarato (Rede-ES), Alessandro Vieira (Cidadania-SE), Flávio Arns (Rede-PR) e Eduardo Girão (Pode-CE), que se manifestaram em favor da permanência do Coaf na pasta da Justiça.

A manutenção do conselho com o ministro Sergio Moro foi uma das principais reivindicações nas manifestações de domingo em várias cidades do país.

O que muda

Mudanças feitas pela Câmara

Como votou o Plenário



Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf)

Sai do Ministério da Justiça e Segurança Pública e volta para o âmbito do Ministério da Economia.



Fundação Nacional do Índio (Funai)

Vinculada ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, foi devolvida ao Ministério da Justiça, com a competência de demarcar terras indígenas e quilombolas. Tal atribuição foi transferida pela MP ao Ministério da Agricultura.



Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Recriado e vinculado ao Ministério de Desenvolvimento Regional.



Ministério das Relações Exteriores

Alguns cargos em comissão e funções de confiança transferidos para o Ministério da Economia



Servidores da administração pública federal

Poderão ser cedidos a órgãos paraestatais do serviço social autônomo para exercer cargo em comissão, sem que isso conte como tempo de efetivo exercício para fins de progressão e promoção



Publicidade do governo não é ideológica, diz secretário

Fabio Wajngarten, da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, participou de audiência na Comissão de Transparência e disse que recebeu de Bolsonaro liberdade para trabalhar

A DISTRIBUIÇÃO DE verbas publicitárias do governo federal segue critérios estritamente técnicos, sem viés ideológico nem preconceito, afirmou o secretário de Comunicação Social da Presidência da República (Secom), Fabio Wajngarten, em audiência ontem na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC).

— O presidente Bolsonaro deu à Secom liberdade total para trabalhar tecnicamente. O governo tem de falar com todo mundo e investir em todo mundo — afirmou.

Wajngarten esteve no Senado a convite da senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA) para falar sobre o funcionamento da pasta, que em 2019 tem orçamento de R\$ 150 milhões, sendo que R\$ 42 milhões já foram contingenciados.

De acordo com o secretário, o orçamento representa um terço do que a pasta tinha há cerca de dois anos. Mesmo assim, ele acredita ser possível trabalhar fazendo “investimentos responsáveis que certamente vão dar retorno multiplicado em cima de cada real investido”.

O secretário chegou há 45 dias à Secom e instalou um sistema parecido com o que rege a publicidade na iniciativa privada: investimentos racionalizados e negociação do volume de mídia de maneira única, o que, nos cálculos dele, deve baratear em R\$ 450 milhões ou até R\$ 550 milhões os anúncios publicitários feitos pelo governo.

Wajngarten também afirmou que o cadastro dos meios de comunicação está sendo retomado, para dar mais transparência sobre os investimentos na área. Apesar disso, afirmou, o mercado de publicidade continua altamente concentrado



Marcos Oliveira/Agência Senado

Wajngarten disse a Eliziane que espera fazer da EBC uma empresa moderna

quando se leva em conta a audiência como critério para definir quais veículos levam quanto.

— A emissora líder no mercado tem 35% dos aparelhos de TV ligados nela. O sistema publicitário precisa de uma repactuação de mercado, porque dados como esse contribuem para a concentração das verbas. E é lamentável ver importantes grupos de comunicação fechando as portas ou em endividamento alto, como a Editora Abril, a Rede TV e o grupo Bandeirantes, além de inúmeros jornais que estão quebrando.

Transparência

Wajngarten dedicou parte da apresentação à comunicação regional, que ele afirmou ser “imprescindível” para dar transparência e informação à população que não está nos grandes centros, onde a internet é mais rápida e disseminada.

Também falou da importância de investir em rádios comunitárias e nos 4 mil veículos do Nordeste, em redes segmentadas, como os canais ligados ao agronegócio ou religiosos, por exemplo.

A distribuição das verbas publicitárias do governo, segundo Wajngarten, ainda é liderada pelas emissoras de TV, que

recebem 60,4% do montante, seguidas dos sites e canais em internet, que levam 14,3%.

Desde o início do governo, a maior campanha publicitária foi voltada à reforma da Previdência, que levou R\$ 37 milhões distribuídos entre 11 veículos de internet, 47 de mídia exterior, 73 de mídia exterior digital, 1.771 rádios, 8 revistas e 359 emissoras de TV, somando 2.269 veículos.

O resultado desse investimento, afirmou Major Olimpio (PLS-SP), foi percebido na Avenida Paulista no domingo, durante uma manifestação popular.

— Conversei com muita gente na rua e ficou muito clara a consciência espontânea das pessoas sobre a necessidade da reforma da Previdência, que não é uma pauta simpática, mas necessária — disse o senador.

Questionado por Eliziane Gama sobre o futuro da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), o secretário disse que o governo ainda estuda o destino do órgão.

— Estamos estudando como fazer a EBC mais moderna e adequada à evolução tecnológica e competitiva para otimizar o horário público e a cobertura do presidente dentro dos limites de gastos praticados no mercado — afirmou.

Ficha limpa pode causar perda automática de mandato

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) deve votar hoje proposta de emenda à Constituição que institui a perda automática do mandato parlamentar nos casos de condenação por crimes previstos na Lei da Ficha Limpa.

Hoje um deputado ou senador com condenação criminal só perde o mandato se o Plenário da respectiva Casa legislativa decidir cassá-lo. Caso contrário, o parlamentar continua no cargo, mesmo se vier a ser preso em consequência

da condenação.

Antes da votação, a CCJ deve sabatinar três indicados para o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP): Lauro Machado Nogueira, Rinaldo Reis Lima e Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto.

Inelegibilidade

De autoria do senador Romário (Pode-RJ), a PEC 36/2017 determina que, em caso de condenação por crimes que ensejem inelegibilidade, a perda do mandato seja

automática. Esses atos estão elencados na Lei da Ficha Limpa e incluem lavagem de dinheiro, tráfico de drogas, formação de quadrilha, estupro, trabalho análogo à escravidão, abuso de autoridade, crimes contra a vida, entre outros.

Se a condenação se der por crimes não listados na Lei da Ficha Limpa, a perda do mandato continuará submetida à decisão da Câmara ou do Senado. O voto do relator, Raulo Rodrigues (Rede-AP), é pela aprovação da proposta.

Economista recomenda que IFI se dedique a avaliar tributação

Na primeira reunião do Conselho de Assessoramento Técnico da Instituição Fiscal Independente (IFI), o economista Bernard Appy, do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), recomendou que a IFI se dedique a avaliar permanentemente os impactos — diretos e indiretos — de projetos de lei e de políticas públicas sobre tributação. Para ele, o tema demanda atenção para corrigir distorções que geram problemas de eficiência econômica e de distribuição de renda. Além da tributação do consumo, explicou, é preciso modificar a tributação sobre a renda e o trabalho.

— Vivemos num país em que a alíquota para quem ganha R\$ 6 mil é maior do que para quem ganha R\$ 20 mil. Não é de estranhar que tenha tão pouca gente de alta renda querendo ser empregado formal.

Appy participou da elaboração de uma proposta de reforma tributária que avança na Câmara (PEC 45/2019) e defendeu que a IFI comece a analisá-la para preparar a sua eventual tramitação no Senado. A proposta unifica cinco tributos sobre o consumo em um imposto único nacional.

O ex-presidente do Banco Central Gustavo Loyola apontou que, nos próximos anos, poderá ser concretizada a autonomia do banco, com mandatos fixos para sua diretoria e independência para tocar a política monetária.

A medida seria um avanço, na opinião do conselheiro, mas ela traz consequências. As políticas de estabilidade da

moeda e do sistema financeiro têm custos fiscais e sociais, e o Legislativo precisará estar atento a isso, afirmou.

— O BC tem um cordão que o liga ao Senado. Existe todo um processo de prestação de contas e é importante esses *checks and balances* funcionarem bem. A IFI pode contribuir para que essa interação seja técnica.

Crise

Segundo a professora Monica de Bolle, da Universidade Johns Hopkins, em Washington, o Brasil vive uma “crise sem crise”: o crescimento econômico emperrou, mas não há crises bancárias ou cambiais e nem iminência de calote. Isso faz com que a solução do problema não esteja clara, pois o cenário é inédito. Uma aposta seria usar os cerca de R\$ 560 bilhões em reservas internacionais para compensar o déficit fiscal e amortizar a dívida.

— Carregar reservas tem custo alto. Não é [uma medida trivial], mas provavelmente reduziria as taxas de juros e o custo do investimento.

O diretor da Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Yoshiaki Nakano, disse que, além de pensar em soluções com resultados imediatos, é preciso efetuar reformas estruturais que corrijam a dinâmica dos gastos públicos, visando a uma correção de longo prazo.

Também estiveram na instalação do conselho os senadores José Serra (PSDB-SP), Tasso Jereissati (PSDB-CE), Irajá Abreu (PSD-TO) e Eliziane Gama (Cidadania-MA).

Veneziano acusa falta de fiscalização por queda de avião

Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) afirmou que a queda do avião monomotor que resultou na morte do cantor Gabriel Diniz, do piloto Gabriel Abraão Farias e do copiloto Linaldo Xavier Rodrigues, na segunda-feira, não foi acidente. Segundo ele, a tragédia poderia ter sido evitada se não houvesse omissão dos agendados fiscalizadores. O senador ressaltou que o avião não tinha licença para voo comercial, prevista pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) para casos de táxi aéreo. A aeronave tinha permissão apenas para instrução de treinamento. Somente esse fato, disse, exclui qualquer hipótese de fatalidade.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Rodrigues lamenta caos em maternidade de Boa Vista

No Dia Internacional de Luta pela Saúde da Mulher e no Dia Nacional de Redução da Mortalidade Materna, comemorado na segunda-feira, Chico Rodrigues (DEM-RR) lamentou, em Plenário, a situação do Hospital Materno Infantil Nossa Senhora de Nazaré, em Boa Vista. O senador destacou que a instituição, construída há 40 anos, é a única maternidade pública de Roraima e já não consegue oferecer atendimento adequado em uma cidade com 400 mil habitantes, número cinco vezes maior que há quatro décadas. Dos 1,2 mil partos mensais, 40% são de gestantes venezuelanas, afirmou.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Vai à Câmara texto sobre concessão de crédito

Proposta que cria processo de avaliação da efetividade de subsídios creditícios concedidos pela União foi aprovado ontem na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem, em turno suplementar, projeto para ampliar a transparência na concessão de créditos subsidiados pelo governo. O texto, aprovado em primeira votação na semana passada, cria um processo de avaliação da efetividade de subsídios creditícios concedidos pela União.

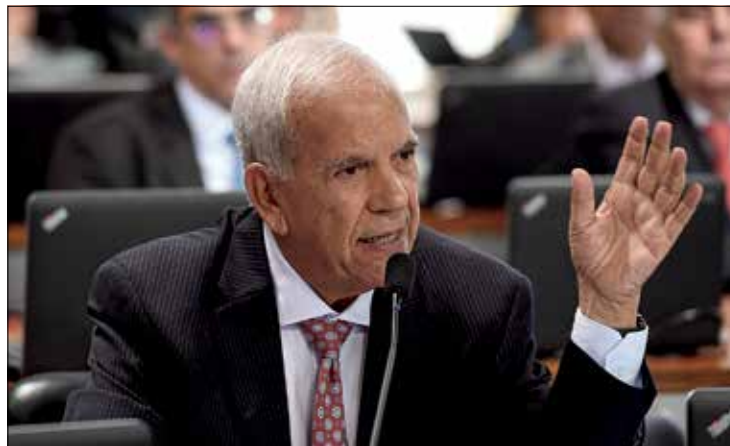
Se não houver recurso para que passe pelo Plenário do Senado, o PLS 457/2018, de José Serra (PSDB-SP), deve ir para a Câmara. O projeto obriga o Ministério da Economia a divulgar demonstrativos periódicos sobre o impacto fiscal desses benefícios, que são empréstimos e financiamentos dados com taxas de juros inferiores

à Selic, que é o índice básico que serve de referência para as taxas de juros no país. Os documentos deverão trazer informativo dos desembolsos e dos restos a pagar que resultarem dessas operações.

Demonstrativos

Esses dados servirão de embasamento para analisar se os benefícios estão cumprindo seus objetivos econômicos e sociais, que devem ser explicitados nos demonstrativos. O custo fiscal deve ser apurado por região, por modalidade, por programa de aplicação e por setor da economia.

Deverão ser analisados os subsídios derivados de operações de crédito nas quais o



Relator, Oriovisto pede que os setores beneficiados sejam explicitados

dinheiro não é lastreado pelo Tesouro. É o caso do Minha Casa, Minha Vida, que oferece financiamentos com base em recursos do FGTS.

Serra afirma que a inspiração para o projeto veio de

iniciativas bem-sucedidas de controle sobre os financiamentos do BNDES. Desde 2015, o Ministério da Economia já é obrigado a publicar relatórios com informações sobre os subsídios do Tesouro no âmbito do

Programa de Sustentação de Investimentos (PSI), conduzido pelo banco, que envolve crédito facilitado. Entre as sugestões acatadas pelo relator, Oriovisto Guimarães (Pode-PR), está uma do Ministério da Economia para que a periodicidade da publicação seja anual, em vez de quadrimestral.

Também foi incluído parágrafo para evidenciar que o demonstrativo a ser publicado deverá explicitar os setores beneficiados pelo direcionamento dos recursos captados em diversos instrumentos financeiros como poupança, letras de crédito, entre outros.

O projeto só passará pelo Senado se apresentado recurso com esse objetivo.

Avança MP com auxílio a famílias de Brumadinho

A comissão mista da medida provisória que autoriza o pagamento de um auxílio emergencial de R\$ 600 para famílias pobres que recebem benefícios sociais em Brumadinho (MG) aprovou ontem o relatório do senador Antonio Anastasia (PSDB-MG). A MP 875/2019 segue agora para os Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado.



Voto de Antonio Anastasia evita cancelamento do Bolsa Família

Em janeiro, o rompimento de uma barragem da mineradora Vale matou 241 pessoas e deixou 29 desaparecidos na cidade. No dia 22, Anastasia leu seu relatório e apresentou uma complementação de voto, para evitar que o pagamento do auxílio emergencial acabe provocando o cancelamento do cadastro das famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família, pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC) e pela Renda Mensal Vitalícia.

Um comunicado do Ministério da Cidadania enviado à prefeitura de Brumadinho

orienta o desligamento de famílias que acumulem os R\$ 600 com o Bolsa Família. Segundo o documento, “se a nova renda familiar per capita, após a contabilização da renda do auxílio emergencial, ultrapassar meio salário mínimo mensal, a família deve solicitar o desligamento voluntário” do programa. Na complementação de voto, Anastasia esclareceu que o auxílio emergencial será pago às famílias atingidas pelo colapso de barragens em qualquer município, “a título

de recomposição por danos materiais ou morais” e “não será considerado como renda” no Cadastro Único para Programas Sociais do governo federal.

O presidente da comissão, deputado Padre João (PT-MG), destacou que na região de Barão de Cocais (MG) várias famílias estão com restrição de trabalho e já registram dificuldades econômicas. Na região, uma barragem de rejeitos da mina Gongo Soco, também de responsabilidade da Vale, está prestes a ruir.

— São várias famílias perdendo imóveis, comércios falindo e até agências bancárias fechando. Fica o nosso apelo ao governo por uma nova MP, para famílias de outras localidades além de Brumadinho — disse.

O pagamento do auxílio emergencial deve atender 2.280 famílias de Brumadinho. O Planalto estima em R\$ 1,3 milhão o impacto orçamentário do auxílio emergencial, pago em parcela única.

Colegiado aprova Davi Barreto para ser diretor-geral da ANTT

A Comissão de Infraestrutura aprovou ontem o nome de Davi Ferreira Gomes Barreto para o cargo de diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). A indicação, feita em março pela Presidência da República, foi aprovada por unanimidade e vai para votação em Plenário.

Barreto é formado em engenharia eletrônica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e mestre em regulação pela Universidade de Brasília (UnB). É conselheiro-substituto no Tribunal de Contas do Ceará.

Ele afirmou que pretende contribuir para o fortalecimento da ANTT e para a regulação de infraestrutura de transportes no país.

— Eu sei que os desafios da agência e do setor são enormes. Destruar, tornar realidade os investimentos

em infraestrutura é uma pauta constante da agenda dos setores público e privado. Em qualquer ranking de competitividade, a nossa infraestrutura deixa a desejar, estamos atrás de países do Brics, de outros emergentes ou de vizinhos da América Latina — afirmou.

Ele disse que a ANTT deve ter como agenda o fortalecimento do transporte ferroviário, com meta de passar de 15% para 31% o volume de carga transportada. O Brasil tem hoje apenas 10 mil quilômetros de malha ferroviária plenamente operacional e 1,7 milhão de quilômetros de rodovias.

Barreto afirmou que há espaço para investimentos em rodovias, principalmente pela iniciativa privada, já que os números são modestos quando comparados a outros países continentais.

Colegiado rejeita que extintor seja obrigatório nos veículos

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) rejeitou ontem proposta que altera o Código de Trânsito Brasileiro para incluir o extintor com carga de pó ABC na lista de itens obrigatórios dos veículos. A medida está prevista no PLC 159/2017, do deputado Moses Rodrigues (MDB-CE).

O relator, Styvenson Valentim (Pode-RN), foi contrário ao projeto. Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) apresentou um voto em separado, pela aprovação, que foi considerado prejudicado.

A obrigatoriedade do equipamento foi derrubada em

2015 pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran), que o considerou desnecessário diante da evolução tecnológica da indústria automobilística que introduziu o corte automático do combustível em caso de colisão, mudou a localização do tanque de combustível e passou a usar materiais e revestimentos com mais resistência ao fogo.

— E o extintor não é proibido. Quem quiser, pode ter.

O texto segue para a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC).

Projeto isenta de IPI caminhonete de produtor rural

Isentar do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) a aquisição de caminhonetes por produtores rurais que sejam pessoas físicas. Isso é o que dispõe o PL 2.966/2019, de Irajá (PSD-TO), que tramita na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

De acordo com o texto, ficam isentos do IPI os veículos de transporte de carga de fabricação nacional, com peso bruto total de até 3.500 quilos (caminhonetes) quando adquiridos por produtor rural. A diminuição da tributação visa estimular o setor rural que, segundo o autor do projeto, é de extrema importância para a economia.

“O setor rural tem-se constituído no principal esteio da economia. Nessa linha de pensamento, convém evitar que a incidência de tributos sobre atividade tão importante ponha em risco os excelentes resultados que já vem obtendo e os aumentos de produção que dela se espera”, explica.

Segundo a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a agricultura e o agronegócio contribuíam com mais de 20% do PIB do país em 2017. O setor é responsável por quase R\$ 100 bilhões em volume de exportações, segundo dados da Secretaria de Relações Internacionais do Ministério da Agricultura.



Proposta favorece setor agrário, justifica o autor, senador Irajá

O texto aguarda o recebimento de emendas. Posteriormente seguirá para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e, se aprovada em caráter terminativo, poderá ser encaminhada para a Câmara.

Colegiado aprova projeto que isenta circos do ISS

Brasil tem hoje mais de 2 mil picadeiros, dos quais 80 são médios ou grandes. Segundo o autor, Alvaro Dias, texto objetiva permitir a sobrevivência dos circos, que enfrentam problemas financeiros graves

A COMISSÃO DE Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou a desobrigação dos circos de pagarem o Imposto Sobre Serviços (ISS). O Projeto de Lei Complementar (PLP) 17/2019 é do senador Alvaro Dias (Pode-PR) e recebeu parecer favorável do relator, Izalci Lucas (PSDB-DF). A proposta seguiu para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Alvaro enfatiza que a incidência do ISS sobre os espetáculos circenses “tornou mais grave a situação dos circos, que vêm lutando para continuar suas atividades e propiciar entretenimento e cultura acessíveis à população brasileira”. Já Izalci aponta a precariedade de recursos para os circos, particularmente os de menor porte, que se instalam em lomas nas periferias das cidades. Segundo o senador, existem mais de 2 mil picadeiros no Brasil, dos quais 80 são médios ou grandes.

O relator ressalta ainda que



Dário Berger comanda reunião em que foi aprovado projeto sobre circos

o circo tem a supervisão da Fundação Nacional de Artes (Funarte) e está inserido no rol dos projetos possíveis de receber recursos do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), instituído pela Lei Rouanet (Lei 8.313, de 1991) por meio do Fundo Nacional da Cultura (FNC), que financia atividades culturais. Mas, segundo o senador, ainda que a Funarte e outras entidades governamentais ofereçam

recursos para os circos, sua sobrevivência é difícil, especialmente em relação ao atendimento de exigências municipais, que incluem taxas de incêndio, luz e água, além do pagamento do ISS.

“Em uma simples consulta ao volume de recursos captados pela Lei Rouanet, pode-se facilmente constatar que o circo é o primo pobre entre os outros setores das artes cênicas”, destaca.

Gerardo Magalhães/Agência Senado

Comissão vota incentivos a pesquisa científica e tecnológica

Com dez itens na pauta de votações, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) vota hoje projeto que prevê dedução no Imposto de Renda (IR) para o contribuinte que fizer doações a projetos de pesquisa científica e tecnológica executados por instituição ou por entidade sem fins lucrativos.

O PL 776/2019 estabelece os mesmos limites de dedução do IR atualmente permitidos para gastos com instrução do contribuinte e de seus dependentes. Hoje esse valor é de até R\$ 3.561,50.

Autor do projeto, o senador Chico Rodrigues (DEM-RR) argumenta que o crescimento tecnológico é ferramenta fundamental para um desenvolvimento econômico e social consistente. O relator, Wellington Fagundes (PL-MT), apresentou voto favorável ao projeto.

Também deve ser votada proposta que destina ao desenvolvimento de ciência e tecnologia 20% do rendimento anual do Fundo Social.

O PLS 181/2016 é do senador

Lasier Martins (Pode-RS).

O fundo foi criado em 2010 para receber parcela dos recursos provenientes da exploração do petróleo localizado na camada pré-sal que cabem ao governo federal.

Divisão

De acordo com o projeto, 50% desses recursos específicos deverão ser destinados para projetos de pesquisa aprovados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Já a outra metade deverá financiar projetos de implantação e recuperação da infraestrutura de pesquisa em instituições públicas de ensino superior e de pesquisa em geral.

O relator, senador Jean Paul Prates (PT-RN), apresentou voto pela aprovação da proposta.

“Como a produtividade da economia brasileira está praticamente estagnada desde o início da década de 1980, é fundamental que tenhamos meios para elevar a produtividade e retomar o crescimento econômico”, afirma no relatório.

Projeto cria incentivos à navegação de cabotagem

A Comissão de Infraestrutura (CI) começou a discutir ontem um projeto que tem como objetivo incentivar a navegação de cabotagem, tipo de transporte de cargas realizado entre portos do mesmo país. O PLS 423/2014, da senadora Kátia Abreu (PDT-TO), garante isenção de Imposto de Importação, PIS-Pasep e Cofins para a importação de embarcações, máquinas para leme e hélices de embarcações e suas pás. Jayme Campos (DEM-MT) leu o parecer favorável do relator, Acir Gurgacz (PDT-RO), e um pedido de vista coletiva adiou a votação para a próxima reunião da CI. Se for aprovado, o texto seguirá para decisão final da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A autora argumenta que a navegação de cabotagem no



Senadora Kátia Abreu é autora do projeto sobre transporte de carga

Brasil está estagnada devido, principalmente, à dificuldade encontrada pelos armadores brasileiros para adquirir embarcações estrangeiras. Essas peças, disse ela, seriam de 50% a 90% mais caras que suas congêneres importadas, se tivessem os incentivos tributários “a que fazem jus”.

— Na China, nos Estados Unidos e em toda parte do mundo, a cabotagem representa de 30% a 35% de tudo que é transportado no país; no Brasil, a cabotagem representa apenas 11%, quase tudo feito pela Petrobras. Um dos motivos é que todos os portos do Brasil querem tratar um navio que sai do Rio Grande do Sul para o Ceará com o mesmo tratamento de um que vai para a China — disse a senadora.

Para Kátia Abreu, a isenção de tributos federais sobre a importação de navios pode ajudar na renovação da frota mercante e estimular a cabotagem.

— Minha proposta é apresentar uma reformulação ampla e geral da cabotagem e da navegação de longa distância além da viação regional para baixar custos de produção.

Styvenson critica ação para descriminalizar uso da maconha

Styvenson Valentim (Pode-RN) criticou a possibilidade de descriminalização do uso da maconha pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Na semana que vem, o STF deve retomar a análise de ação sobre o tema. Três ministros já votaram favoravelmente. O senador disse que os 16 anos em que trabalhou na Polícia Militar do Rio Grande do Norte o fizeram ter convicção sobre a necessidade de tolerância zero com qualquer tipo de droga.

Segundo ele, está crescendo o número de dependentes químicos, o que aumenta as despesas médicas do poder público.



Jefferson Ruydy/Agência Senado

Paulo Paim anuncia subcomissão para sistema carcerário

O senador Paulo Paim (PT-RS) lamentou em Plenário o massacre de detentos em prisões do Amazonas. Para ele, os problemas no setor são crônicos e vão desde a superlotação à má gestão e corrupção. Paim anunciou que a Comissão de Direitos Humanos (CDH), presidida por ele, decidiu instalar uma subcomissão para tratar do sistema carcerário. Segundo o senador, no Brasil existem modelos positivos de penitenciárias e é preciso remodelar os que estão fora dos padrões de humanidade.

— O sistema carcerário de Minas Gerais está dando certo, em Santa Catarina e no Paraná, se não me engano, também. Por que não copiar esses sistemas e expandi-los pelo país?

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burre
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Regra para o mínimo não deve mudar, aponta debate

Possível alteração na política de reajuste, que vale desde 2007, foi rechaçada ontem em audiência na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Para sindicalistas, seria um retrocesso

PARTICIPANTES DE AUDIÊNCIA pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) mostraram-se preocupados com uma possível mudança na política de reajuste do salário mínimo. Eles temem prejuízos no ganho real e o consequente empobrecimento dos trabalhadores brasileiros. O assunto foi debatido ontem no colegiado, a pedido do seu presidente, Paulo Paim (PT-RS).

De acordo com a legislação (Lei 13.152, de 2015), o valor do mínimo deve ser reajustado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) mais a variação do PIB de dois anos anteriores. O governo pretende usar como parâmetro apenas a inflação, o que para representantes sindicais significa retrocesso numa política pública exitosa. O mínimo hoje

é de R\$ 998, e a regra atual foi fixada por lei a partir de 2007 e foi sendo prorrogada desde então, mas a última lei, de 2015, só previa reajustes por essas regras até 2019.

Aumento da pobreza

O técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) Clóvis Scherer lembrou que, nos últimos dois anos, está havendo aumento da pobreza e o agravamento na concentração de renda. Ele também destacou o longo caminho percorrido até a adoção da fórmula de cálculo atual.

— Foram várias marchas a Brasília realizadas a cada ano, entre 2004 e 2009, que trouxeram como ponto principal a necessidade de erguer o valor do mínimo e levá-lo a um patamar de dignidade.

Na América do Sul, a maioria dos países está com salários mínimos em patamares superiores ao nosso. Nada fizemos além de recuperar um nível de renda que já foi alcançado no país anteriormente — avaliou.

A representante do Sindicato dos Auditores-Fiscais do Trabalho, Mônica Duailibe, destacou a necessidade de valorização do mínimo.

— De 2002 a 2014, o número de empregados formais cresceu de 23 milhões para 39 milhões e foi justamente o período de maior valorização do salário mínimo — ressaltou.

Papel do Judiciário

Já a presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Noemia Porto, destacou o papel do Judiciário na aplicação das regras.

— Estamos dispostos a atuar como guardiões da Constituição e dar efetividade ao que diz respeito aos direitos sociais que se vinculam ao mundo do trabalho — avaliou.

Para Zenaide Maia (Pros-RN), uma perda do poder aquisitivo teria consequência imediata na economia:

— Isso não é questão de partido, é de país. Se você tira o poder de compra, tira o de venda. Se o comércio não vende, a indústria não produz e o governo não arrecada.



Paulo Paim, Clóvis Scherer e João Domingos durante debate sobre mínimo

Flexibilização de regras para armas será debatida

O armamento da população é o tema de uma audiência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) marcada para hoje. Os senadores vão analisar o Decreto 9.785, de 2019, assinado em maio pelo presidente

Jair Bolsonaro, que flexibiliza as regras para aquisição, cadastro, registro, posse, porte e comercialização de armas de fogo e munições no Brasil.

O requerimento para a audiência pública é do senador Paulo Paim (PT-RS).

Foram convidados para o debate representantes do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, da seção nacional International Police Association, do Instituto Sou da Paz e da Ordem dos Advogados do Brasil.

Projeto torna edifícios públicos mais acessíveis

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) pode votar hoje, às 9h, projeto que estabelece regras para garantir a acessibilidade em prédios e equipamentos públicos. O texto torna obrigatório o chamado desenho universal, em que os prédios são projetados para serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação.

De acordo com o PLS 402/2018, do ex-senador Hélio José, todos os novos projetos de prédios, transporte, sistemas e tecnologias da informação e comunicação, além de equipamentos e ins-

talações abertos ao público, tanto na zona urbana como na rural, deverão ser adaptados para que qualquer pessoa consiga acessá-los. O projeto busca atender à Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pelo Brasil em 2009.

Segundo o autor da proposta, as cidades brasileiras se apresentam hostis aos pedestres em geral e às pessoas com mobilidade reduzida em particular. “São calçadas esburacadas, escorregadias, descontínuas, irregulares ou mesmo inexistentes. Há centenas de prédios públicos

nos quais pessoas com deficiência não conseguem entrar ou mesmo serem atendidas”, diz Hélio José ao justificar o projeto.

A senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP), relatora da CDR, votou pela aprovação e sugeriu apenas uma emenda de redação, na qual substitui a expressão “Estatuto da Pessoa com Deficiência” por “Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência”.

Se aprovado, o texto pode seguir diretamente para a Câmara dos Deputados, caso não haja recurso para a análise do Plenário.

Colegiado vota hoje aumento de idade para órfão receber pensão

O projeto que aumenta de 21 para 24 anos o limite de idade para órfãos receberem pensão por morte deve ser votado hoje na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), a partir das 9h. Da senadora Rose de Freitas (Pode-ES), o PLS 19/2017 é o sexto dos 12 itens da pauta de votações da comissão.

De acordo com a autora, interromper o benefício aos 21 anos não é “inteligente” e não “contribui para a inserção profissional dos jovens no mercado de trabalho”. A senadora acrescenta ainda que a maioria dos dependentes que completa 21 anos entra na Justiça e consegue o deferimento da prorrogação do benefício até os 24 anos. O projeto tem voto favorável do relator, Rogério Carvalho (PT-SE).

Outro projeto de Rose de Freitas está na pauta da CAS, também sob relatoria de Rogério Carvalho. O PLS 205/2018 obriga empresas com mais de 250 empregados a divulgar a diferença de salários entre trabalhadores homens e mulheres. O voto do relator é favorável à aprovação da proposta.

Doenças

A CAS deve votar ainda dois projetos do senador Romário (Pode-RJ). O PLS 703/2015 permite que pessoas com doenças graves, incapacitantes ou raras saquem o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). O relator, senador



Projeto sobre órfãos é da senadora Rose de Freitas

Humberto Costa (PT-PE), recomendou a aprovação.

Já o PLS 209/2016 amplia em cinco anos a duração da pensão por morte quando o pensionista for cônjuge ou companheiro de segurado da Previdência Social com deficiência. A proposta recebeu parecer favorável do relator, o senador Paulo Paim (PT-RS).

“Os cônjuges ou companheiros de um segurado com deficiência frequentemente abdicam de uma carreira profissional para se dedicar ao trabalho de cuidar de um ente querido incapaz de sobreviver sozinho. É um trabalho difícil e que pode exigir atenção integral. Não se pode tratar igualmente desiguais: o cônjuge jovem de um segurado deficiente não pode receber a pensão por morte nas mesmas condições de outros cônjuges da mesma idade, que puderam estar inseridos no sistema educacional e no mercado de trabalho normalmente”, justifica Romário.

Comissão estuda publicar dados sobre distribuição de renda

O Ministério da Economia publicará anualmente o Relatório sobre a Distribuição da Renda e da Riqueza da População Brasileira, com base nos dados da declaração do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF).

É o que estabelece o Projeto de Lei (PL) 2.968/2019, de Jaques Wagner (PT-BA), que aguarda emendas na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O projeto ainda será analisado na Comissão de Transparência em decisão terminativa.

O projeto determina que, preservado o sigilo fiscal do contribuinte, o relatório disponibilizará dados globais e estatísticos das declarações anuais do IRPF, observado o rendimento e a alíquota efetiva do Imposto de Renda Pessoa Física; rendimento segundo a natureza da fonte; valor dos bens e direitos; valor dos ônus e dívidas; va-



Projeto de Jaques Wagner se baseia nas declarações de IR

lores e os tipos de deduções e isenções; e o número de dependentes.

O relatório poderá incorporar informações provenientes de outras fontes, como pesquisas domiciliares publicadas pelo IBGE. Pelo projeto, o Executivo divulgará os dados para acesso público na internet, em até 180 dias após o processamento das declarações anuais do IRPF.

Tese do aquecimento global é frágil, afirmam geógrafo e meteorologista

Luiz Carlos Molion e Ricardo Felício questionam modelos da ONU e dizem que a ação humana não é responsável por mudanças no clima

OS MODELOS APLICADOS pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês), órgão da Organização das Nações Unidas (ONU) que patrocina os principais estudos sobre o meio ambiente, “possuem enormes lacunas e fragilidades no seu rigor científico e servem mais a interesses geopolíticos e econômicos”, segundo o meteorologista Luiz Carlos Molion, da Universidade Federal de Alagoas (Ufal). Ele participou ontem de audiência das Comissões de Meio Ambiente (CMA) e de Relações Exteriores (CRE).

No mesmo debate, o geógrafo e climatologista Ricardo Felício, da Universidade de São Paulo (USP), disse que o Brasil corre risco de ver seu modelo de agronegócio entrar em colapso, aprofundar o processo de desindustrialização e prejudicar o desenvolvimento energético nos próximos anos, caso mantenha sua “atrelamento a uma narrativa ambientalista” pautada por órgãos de governança global.

A reunião foi conduzida por Marcio Bittar (MDB-AC), que criticou o fato de o Brasil introduzir políticas públicas e legislações restritivas e se comprometer com metas internacionais tendo como base documentos do IPCC. Para o senador, isso impede regiões inteiras de estabelecerem um desenvolvimento eficiente e de ofertarem qualidade de vida para suas populações.

Molion apresentou dados demonstrando que, entre 1920 e 1940, a temperatura média da Terra aumentou mais de 4° C, num período em que a concentração de gás carbônico era inferior a 300 partes por milhão. Já após a Segunda Guerra Mundial, quando continentes



Marcio Bittar comanda audiência pública com o geógrafo Ricardo Felício e o meteorologista Luiz Molion

como a Europa e a América do Norte, intensificaram seus processos de industrialização, emitindo muito mais gás carbônico durante décadas, a temperatura média caiu. O meteorologista ressaltou que até hoje a temperatura média global é inferior à verificada na década de 1930.

— Faço parte da vertente de pesquisa que não nega que há períodos de aquecimento. A diferença fundamental entre o IPCC e nós é que eles dizem que essas alterações são provocadas pela atividade humana, enquanto nós apresentamos evidências físicas de que a variabilidade é natural.

Nuvens

O professor, que também atua junto às Universidades de West Michigan (EUA) e Évora (Portugal), garante que o recente período de aquecimento global, verificado a partir da década de 1990, está ligado à cobertura das nuvens, fator não considerado pelo IPCC.

— Os modelos de clima aplicados pelo IPCC são muito rudimentares, e utilizam cenários de dióxido de carbono

[CO₂] fictícios. Esses cenários não conseguiram sequer prever a forte seca que assolou o Nordeste brasileiro em 2015 e 2016. O fato é que o IPCC erra em tudo, especialmente por desconsiderar a relevância das nuvens para o controle da temperatura. As nuvens são o grande controlador da entrada de radiação solar — afirmou.

Molion apresentou pesquisas correlacionando diretamente as temperaturas verificadas no Oceano Pacífico, influenciadas por fatores como ocorrências do fenômeno El Niño, com o impacto na temperatura global.

— Pesquisas de institutos europeus com séries históricas extensas mostram que, quando o Pacífico se aqueceu, houve uma tendência de a temperatura global crescer. Quando o Pacífico esfria, a temperatura diminui. Então aparentemente o Pacífico é o grande comandante do clima global. Ele sozinho é 35% da superfície terrestre. Se somarmos todos os continentes, chega a 29%.

Para Felício, “tem passado despercebida a iniciativa do IPCC de criar, em seu âmbito, uma subagência voltada ao

controle mundial da emissão de CO₂”, o que pode prejudicar, segundo ele, o Brasil.

— Esse órgão poderá controlar todas as formas de produção dos países. Esse sistema de controle gerará encarecimento da energia, diminuição da produção, desindustrialização e recuos do agronegócio e da mineração. Como o país vai se industrializar e atrair investimentos se a energia é extremamente cara? — criticou.

Outro grande risco para o Brasil, segundo Felício, está na atuação da Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecosistêmicos (IPBES, na sigla em inglês), também no âmbito da ONU.

— O IPBES quer pagar 4% de royalties pela biodiversidade. Nossa riqueza em termos de biodiversidade é simplesmente impossível de ser calculada.

O senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) disse que o Brasil negligencia sua biodiversidade, servindo como “um quintal explorado ao bel-prazer de potências estrangeiras”, que extraem lucros bilionários de nosso território sem destinar nada à população.

Humberto convoca para manifestação pela educação

Humberto Costa (PT-PE) afirmou que os ataques ao Congresso Nacional e ao Supremo Tribunal Federal (STF), ocorridos nas manifestações de domingo, foram incentivados pelo presidente Jair Bolsonaro. O senador ressaltou que o protesto foi legítimo e faz parte da democracia. Entretanto, segundo ele, a manifestação foi bem menor se comparada à greve nacional da educação, realizada em 15 de maio pela oposição. Humberto também convidou a população para retornar às ruas amanhã, novamente em prol da educação.

— Estaremos apoiando essas manifestações.

Educação se faz com gestão e recursos, diz Izalci

Izalci Lucas (PSDB-DF) lamentou o descumprimento de boa parte das metas previstas no Plano Nacional de Educação (PNE). Segundo ele, uma parcela do que está previsto no plano não saiu do papel, como a universalização da oferta de vagas na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio. O senador lamentou que só 23,2% das escolas oferecem a educação integral, beneficiando apenas 14,4% dos alunos.

— Não adianta. Educação não se faz com discurso. Se faz com muita determinação, muita dedicação, recurso e gestão dos recursos — disse.

Impactos do Código Florestal serão analisados em debate

O Código Florestal (Lei 12.651, de 2012) será tema de audiência na Comissão de Meio Ambiente (CMA) hoje, às 14h. A intenção é discutir os avanços trazidos pelo texto e as oportunidades de melhorar a legislação.

Uma das convidadas para o debate é a ex-senadora e ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva. Além dela, devem participar do debate a secretária-executiva do Observatório do Código Florestal, Roberta del Giudice, o coordenador técnico do Observatório do Clima e coordenador-geral do

MapBiomias, Tasso Azevedo, e o professor Raoni Rajão, do Departamento de Engenharia de Produção da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

O pedido para a audiência foi feito por Fabiano Contarato (Rede-ES), que preside o colegiado, e é assinado por outros sete senadores. A intenção é trazer ao Senado, durante todo o mês de junho, debates a respeito de temas ambientais como forma de lembrar o Dia Internacional do Meio Ambiente, comemorado em 5 de junho.

Pobreza no campo é tema de debate em comissão

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) debate hoje a situação das pequenas propriedades no campo. O foco do debate são os assentamentos rurais e o desenvolvimento de políticas públicas para a melhoria da renda dos agricultores familiares.

A audiência é uma sugestão da senadora Kátia Abreu (PDT-TO). Ela está preocupada com a situação da pobreza no campo, especialmente nos assentamentos. Segundo relatório *Panorama Regional da Pobreza Rural*, da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), divulgado no final do

ano passado, “há um recrudescimento da pobreza nos anos mais recentes”.

Para o debate, estão convidados o professor Fernando Sérgio de Toledo Fonseca, da Universidade Federal do Tocantins e o assistente social Marcelo Reis Garcia.

A CRA também pode votar hoje projeto que inclui no Garantia-Safra os agricultores familiares que sofrerem perdas decorrentes de estiagem ou excesso de chuvas na produção de hortaliças (PLS 324/2018). O Garantia-Safra é uma ação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Autor do projeto, o senador Ciro Nogueira (PP-PI) explica que o Comitê Gestor do Garantia-Safra não promoveu a inclusão de novas modalidades de cultivos no programa, apesar da promulgação da Lei 12.766, de 2012, que facultava ao órgão gestor a definição de outras culturas para a cobertura do Garantia-Safra. O senador também cita a publicação de acórdão do TCU, que determinou ao governo que oferecesse estímulo e opções de cultivos e de práticas agrônomicas adaptadas ao semiárido. A proposição é relatada por Esperidião Amin (PP-SC), favorável ao texto.